



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

**ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE — REALIZADA NA  
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta e três minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a coordenação do senhor deputado Renato Câmara, foi aberta a presente reunião da Frente Parlamentar do Leite do Estado de Mato Grosso do Sul.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Boa tarde a todos! Sejam todos bem-vindos a mais uma reunião da Frente Parlamentar do Leite. Estamos ao vivo pela TV Alems em canal aberto para Campo Grande e em canal fechado para Dourados e Três Lagoas, além das redes sociais da Alems. Quero aqui agradecer a presença de todos. Hoje teremos dois temas muito importantes. Aproveitando que se iniciaram as discussões sobre meio ambiente na COP30, teremos a apresentação do Projeto Ciclos – Reciclagem e Sustentabilidade, que é um case de sucesso sustentável na agroindústria e que está representando Mato Grosso do Sul na COP30. É um projeto que tem inspirado várias outras empresas e que será apresentado pelo médico-veterinário e sócio-proprietário do Grupo Real H Nutrição e Saúde Animal, doutor Mário Renck Real, que vai apresentar esse projeto implantado pela Real H. É, portanto, um assunto muito relevante e importante. Todos que nos assistem pela TV Alems, fiquem até o final, pois terão a oportunidade de conhecer esse projeto. Também será apresentado aqui o projeto de lei "Logística Reversa", elaborado pelo grupo de trabalho da Frente Parlamentar do Leite, que será apresentado pelo doutor Wilson Nobuyuki Igi. Trata-se de um projeto muito interessante, discutido a várias mãos, junto com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), Ministério da Agricultura, Sindicato dos Médicos Veterinários de Mato Grosso do Sul (Sindivet), Sindicato Rural de Campo Grande e a Secretaria de Estado de Saúde (SES). Quero aqui agradecer à Mesa, que já está composta pelo doutor Mário Renck Real; pelo doutor Wilson Nobuyuki Igi, que está aqui para fazer a apresentação do projeto de lei; pelo Serafim Maggioni, representando a Secretaria de Estado de Saúde; pela doutora Sandra Regina; pela Eliane da Silva, representando a UFMS — muito importante a sua presença neste debate e apresentação; e pelo Eduardo Barbosa Strang, representando o Sindivet. Sejam todos bem-vindos à Casa de Leis. Agradeço também a todos os participantes: Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Leite, representada por José Alceu da Silva; Associação de Produtores de Leite do Assentamento Itamaraty, representada por Éder de Sousa Oliveira, que também é presidente da Associação Estadual de Produtores de Leite; Fernando e Vinícius Bressan, representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (Crea/MS); Associação Brasileira dos Criadores de Girolando, representada pelo doutor Marcelo Real; Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), representada por Melina Melo Barcelos; Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

(Imasul), representado por Cristiane Santos Costa; a OAB, representada pelo doutor Nilson de Oliveira Castela e pelo doutor Marcelo Carrijo; o Núcleo de Criadores de Girolando de Mato Grosso do Sul, representado pelo senhor Carlos Henrique Carvalho de Oliveira; a Semadesc, representada pelo Orlando Camy Filho e pelo João; o Senar, representado por Diogo Gomes Guidolin; a Superintendência Federal de Agricultura, representada por Elisângela Longo Vendruscolo e Márcio Alexandre Menegazzo; o Sindivet, representado por Eduardo Strang; o Sindicato Rural de Campo Grande, representado pelo doutor Wilson Igi. Sem mais delongas, agradecendo mais uma vez a presença de todos — se alguém não foi anunciado, favor se manifestar à Rosineide, que está na entrada —, vamos começar com a primeira apresentação. Convido o médico-veterinário doutor Mário Renck Real para fazer a apresentação do Programa Ciclos – Reciclagem e Sustentabilidade. O senhor está com a palavra, doutor.

**SENHOR MÁRIO RENCK REAL** (Real H Nutrição e Saúde Animal) — Boa tarde. Em nome do deputado Renato Câmara, cumprimento todas as autoridades e colegas envolvidos no agronegócio e parabeno a Frente Parlamentar do Leite por essa iniciativa. Isso é algo antigo que vem pipocando, e Mato Grosso do Sul, nesse novo momento que estamos vivendo, não pode ter a pecha de ser um estado poluidor; temos que ser um estado produtor com sustentabilidade. O projeto que vou apresentar iniciou-se formalmente em 2007. Estamos em 2025, portanto já há uma longa trajetória percorrida. Os números que temos não refletem a totalidade do que foi coletado, mas o projeto nasceu de uma necessidade: dar destino adequado às embalagens que vinham — e que ainda vêm — para a empresa. Nosso grupo possui duas plantas de sal mineral, produção de suplementos e um laboratório homeopático veterinário. Tudo o que chega até nós, em boa parte, vem a granel, mas outra parte vem ensacada. E o destino dessas embalagens, lá pelos anos 2000, era feito da forma mais inocente e equivocada possível: queimado, enterrado e por aí vai. Diante disso, resolvemos iniciar um processo para dar o destino correto. Começamos e logo percebemos que "o buraco era mais embaixo", especialmente na questão da reciclagem, porque todos nós somos geradores de materiais recicláveis. A média mundial é de um quilo e meio por pessoa. Nesta sala aqui temos quarenta pessoas, então, hoje, nós produziremos sessenta quilos. Daqui a cem dias, teremos produzido seis mil quilos. Então, não é brincadeira. A ação que a Frente Parlamentar está adotando merece nosso aplauso e apoio. Acho impossível alguma entidade — seja associação de criadores ou de produtores — ser contrária ao que será proposto neste projeto, que já tive a oportunidade de ler. Dito isso, vamos iniciar o que vou mostrar aqui nos eslaides. [Início da apresentação de eslaides]. Com relação à reciclagem, o mais difícil que encontramos foi conscientizar as pessoas — essa é a parte mais desafiadora. Minha mãe, que hoje está doente, com noventa e seis anos, foi um exemplo disso. Foi muito difícil fazê-la separar o plástico que envolvia a carne, lavar e colocar em um lugar separado para reciclar. Mas, na época, ela tinha oitenta e tantos anos. As pessoas estão acostumadas a "jogar fora", mas eu comentei em uma entrevista que essa expressão é, na verdade, paradoxal. Afinal, onde é esse "fora"? Se pensarmos na Bíblia, na história do grande dilúvio e da arca de Noé, percebemos que todos os seres vivos estavam ali, dentro de uma mesma embarcação. E qual é a nossa arca hoje? É o planeta

Terra. Nós estamos todos viajando juntos nele — não existe “fora”. Por isso, não devemos “jogar fora”. O que não serve mais precisa ser encaminhado de forma adequada, e aquilo que não tem reciclagem ou não é reciclável devemos reduzir ao máximo o uso. Então, essa conscientização, deputado, é difícil. Isso aqui não é simples e envolve muito trabalho. Na empresa, nós fizemos muitas palestras. A própria Prefeitura de Campo Grande nos ajudou. Nós reunimos as famílias dos funcionários: vinham as crianças, vinha a avó, vinha o avô; fazia-se sanduíche, fazia-se cachorro-quente no sábado pra gente explicar e explicar, até que chegou um senhor lá que disse assim: “Pessoal, uma gota de óleo é capaz de contaminar mil litros de água.” E a gordura da fritura? Então nós começamos a captar esse material. Uma vez tendo conscientizado as pessoas, nós montamos uma estrutura dentro da empresa que está lá — os membros da Frente já foram visitar —, e está aberta a todos que queiram visitar, copiar, melhorar esse projeto. Hoje a gente vê como estão as coisas: é só andar na rua, sair caminhando pelo Parque dos Poderes que vemos a quantidade de plástico jogado “fora”, no nosso meio ambiente. Então, nós temos um local onde a gente recebe, e lá nós temos pessoas, funcionários que separam esses materiais e depois é feita a destinação correta, ou seja, esses materiais são vendidos. Existe um mercado comprador desses materiais, que oscila: o preço médio já foi oitocentos reais, hoje está na faixa de quatrocentos reais a tonelada. “Ah, mas é pouco.” É pouco, mas é melhor do que nada. Hoje, o caixa do projeto simples tem mais de cem mil reais na conta. Eu tenho dois funcionários dedicados a isso aí, e, com as vendas que vão sendo feitas, vai sendo gerado um caixa, e eu vou mostrar como ele é administrado. Então, é um negócio. Nós, na empresa, não usamos como um negócio, mas ele acaba sendo um negócio, porque tem quem compre. Se fizer assim, tem quem compre quilos e quilos de plástico. Quanto mais, melhor, porque os caras comprem. Então, seguindo aqui, temos a questão do desenvolvimento da consciência ambiental. Talvez a Frente Parlamentar tenha que se debruçar muito nessa questão da conscientização. Teremos que ter bastantes pessoas propagando isso, para que os fazendeiros também tragam os materiais, especialmente os defensivos veterinários, as frascarias e tudo mais. Uma vez que conseguimos desenvolver minimamente a consciência dos funcionários, nós passamos a motivar. Tivemos que fazer algumas coisas, então estabelecemos prêmios. Todo mundo ganha um prêmio — até quem traz cinco quilos de reciclável por mês —, que pode ser uma caixinha de Bis ou alguma coisa mais valiosa. Fizemos campanhas: campanhas com o pessoal do RH, do departamento de infraestrutura, da manutenção, da produção, etc. Aí se cria um debate interessante ali. Também passamos — em vez de dar prêmios com coisas supérfluas — a colocar itens da cesta básica. A empresa tem muitos funcionários do Haiti, que chegam numa situação muito difícil, então, o cara prefere — em vez de uma bola de futebol — cinco quilos de arroz. Começamos a democratizar nesse sentido. E também temos a premiação semestral. O engajamento hoje — dados da semana passada, visto que temos lá na planta cento e sessenta funcionários — foi de 92%, que trouxeram recicláveis das suas casas todos os meses. O projeto, como mencionei, é autossustentável, pois ele mesmo gera o seu caixa — e a conta é sempre positiva. Mais do que isso, temos uma gestão compartilhada desse caixa, que financia diversas ações sociais. Já realizamos várias campanhas de arrecadação de fraldas para o asilo, para compra de leite e outros itens essenciais. Muita coisa já foi feita — e continua

sendo feita. As confraternizações da empresa, que este ano completa quarenta anos, também são custeadas por esse caixa. E não são pequenas festas — são eventos grandes, que refletem um dos valores fundamentais da empresa: a fraternidade. Além disso, o projeto também ajuda em situações emergenciais. Por exemplo: quebrou a dentadura da avó de um funcionário, ele ganha dois mil reais, então, como faz? Não tem chaleira para esquentar água... São situações simples, mas que acontecem com frequência. Quebrou os óculos, precisa pagar um exame... Então, o comitê de funcionários, junto à diretoria, avalia e atende essas urgências, desde que o colaborador esteja em dia — sem advertências ou mau comportamento. Há critérios, mas o sistema funciona muito bem. No que diz respeito ao destino dos resíduos, hoje 100% dos materiais gerados nas operações da empresa são devidamente destinados, inclusive os resíduos sensíveis e contaminados — como graxas, eletrônicos, pilhas, baterias e óleos usados. Com o tempo, percebemos que existe um mercado receptor e comprador para muitos desses materiais, o que torna o processo ainda mais relevante. Temos também fazendas parceiras, que se inserem no projeto dentro da lógica da logística reversa. Cerca de dez fazendas manifestaram grande interesse em participar, justamente porque os produtores não querem manter o problema dos recicláveis ou das embalagens vazias na propriedade. Afinal, o que geralmente acontece? Queimam — ou enterram “num buraco de tatu”, como se diz no campo. Para mudar isso, desenvolvemos um manual de instruções, que funciona como um acordo de cooperação. Visitamos as fazendas, reunimos os funcionários e suas famílias — esposas, crianças, avós — e realizamos palestras de conscientização. Afinal, cada pessoa gera, em média, um quilo e meio de resíduos por dia no mundo. O caminhão que leva o suplemento mineral até a fazenda, em determinadas épocas do mês ou do semestre, retorna com uma carga de materiais recicláveis. Esses materiais são separados e contabilizados em nome da fazenda. No fim do ano, por exemplo, a Fazenda Periquitos, uma grande parceira localizada em Três Lagoas, a cerca de trezentos e oitenta quilômetros de Campo Grande, recebe 70% do valor arrecadado com os recicláveis enviados. Essa parceria já dura mais de vinte anos, e o valor anual gira em torno de três mil reais, que eles utilizam, por exemplo, na festa de encerramento da fazenda. Outro exemplo é o da Genética Aditiva, também parceira do grupo e usuária dos nossos medicamentos homeopáticos. E eles se interessaram, porque é uma fazenda muito visitada e com alta densidade de bovinos. Então, nós iniciamos lá o trabalho de conscientização. Na foto, vocês podem ver os funcionários e, na outra, as crianças — filhos e netos dos funcionários. Todo mundo é envolvido; procuramos envolver todos nesse setor. Fizemos uma adaptação em um canto do galpão, que é o local onde eles encaminham esses materiais, que periodicamente são trazidos para Campo Grande pelo caminho reverso do caminhão que volta vazio. Esse sistema vem funcionando, e aqui nós temos o resultado do primeiro ano, apresentado agora em abril, em um evento na Genética. Vocês podem ver as quantidades: de abril até maio está se fechando o primeiro ano do projeto 2023/2024. No começo, houve um aumento bastante grande, pois começaram a recolher o material velho que estava lá — plástico antigo, por exemplo — e isso totalizou, até hoje, praticamente dez mil quilos de material retirado da fazenda; a quatrocentos reais por tonelada, são quatro mil reais. Desses valores, 70% voltam para eles — ou 60%, não sei ao certo —, mas vejam o potencial que existe a partir do momento em que o



empresário ou fazendeiro toma uma decisão. Mais adiante, vou apresentar os números do projeto contabilizados desde 2010, embora ele tenha iniciado em 2007. Até hoje, nós retiramos quatrocentas e cinco toneladas de vidro — garrafas de vidro. Quem visita a empresa acaba tendo uma boa ideia de como esse vidro é utilizado. Essas quatrocentas toneladas estão todas lá na Real, e a gente chega a passar de carro sobre elas. Temos também outro projeto, que é a questão da água. Temos um sistema de coleta e tratamento de água pluvial, com armazenamento. Hoje, possuímos oitocentos mil litros de água pluvial. Em 2024, reutilizamos dois milhões de litros de água de reuso — “água velha”, como chamamos, e estamos implantando uma estação de tratamento de esgoto, cuja licença de instalação foi autorizada pela prefeitura há cerca de um mês. Ainda falta a licença de operação, mas a estação já está praticamente instalada. Assim que o pessoal fizer o *start*, chamaremos a prefeitura para conceder a licença de operação. Para vocês terem uma ideia, nossa empresa consome quinze mil litros de água por dia. Dessa quantidade, essa Estação de Tratamento de Esgoto nos permitirá reaproveitar doze mil litros por dia. Eu nem tenho onde colocar tanta água! Oxalá tivéssemos aqui — como há em São Paulo — um mercado de água de reuso, em que os grandes prédios utilizam para regar calçadas, molhar gramados, etc. Aqui, ainda não temos tudo isso. Continuando, temos a questão do plástico, que é um grande problema — é uma briga pessoal que eu tenho com o plástico. Já conseguimos retirar cento e cinquenta e seis toneladas do circuito. Quanto ao metal, são oitenta toneladas, o que é bastante, mas inclui muito material da própria fábrica que ficou obsoleto. Temos também o papel, em todas as suas categorias, desde papel revista, papel branco, até papelão. O papel revista paga menos, porque contém muita tinta. No total — números de maio —, são seiscentas e noventa e três toneladas, somando um milhão, trezentos e trinta e quatro mil quilos de materiais que não foram para o aterro sanitário. Então, muita coisa deve ter ido e voltado mais de uma vez. Basicamente, é isso aqui. Quanto à questão da água, vocês vejam ali, que tem uma torneirinha de água de reciclagem. Eu tenho a torneira de água potável e de água reciclada na planta. Hoje, em cada cem litros, trinta e cinco são de água de reuso, e a nossa meta é chegar a cinquenta. É lógico que essa água de reuso não é uma água potável, embora vários motoristas já tenham bebido da torneira — eles não leem a placa. Mas é uma água clorada, filtrada, com filtro de carvão ativado e cloro; mas é uma água de reuso, certo? Com relação à energia, nós temos várias placas solares, o que nos permitiu produzir um milhão quinhentos e oitenta e sete mil quilowatts, o que equivale a surpreendentes trinta mil duzentas e cinquenta e oito árvores — isso é a produção de um ano. É como se nós tivéssemos plantado trinta mil pés de eucalipto. É bastante coisa, e nós já estamos precisando ampliar esse projeto, porque, conforme fomos crescendo, fomos colocando mais máquinas, equipamentos e ar-condicionados. Aqui vocês têm uma ideia do acesso à fábrica. O rapaz que está na foto, com algo na mão, está segurando vidro, deputado — o senhor conheceu lá. É vidro! Ele é moído, as garrafas passam por um moinho que eu tenho lá. Quem quiser ir visitar, eu dou uma cópia do projeto do moinho para fazer. Fica muito bonito. Se separar as garrafas por cores, dá para fazer bandeiras, como a bandeira do Grêmio, por exemplo, com garrafas de vodka azul. É muito bacana isso, e o mais interessante é que, quanto mais vidro você coloca, o carro vai passando e ele vai virando areia de novo, porque, na origem, ele é sílica.

Nós temos também selos: do Rotary, do “Eu Reciclo”, e estamos buscando a certificação de Carbono Neutro e também a de Lixo Zero. É outro projeto em que estamos engajados este ano. A empresa também participa do programa GPTW (Great Place to Work), que, na verdade, é uma entrevista feita com 75% dos funcionários, para saber se aquele lugar é bom para trabalhar — se pagam em dia, se a gestão é honesta, etc. É muito bacana. Temos também o Rufino, que é parceiro do nosso projeto do grupo; foi medalha de ouro agora na França, e quem conhece a história desse rapaz sabe o quanto ele batalhou. Ele é parceiro nosso — a empresa faz uma contribuição mensal para ele, que vem do Projeto Ciclos. Temos ainda aquela biblioteca ali, composta por livros que as pessoas jogam fora. Tem gente que joga fora Bíblia nova — algum adolescente revoltado que ganhou uma Bíblia da avó. É impressionante. Temos também aqueles meninos que vocês veem na foto: eles são de uma tribo indígena. Eu tenho na empresa três índios — um deles é cacique — e eles têm esse time chamado “Pequenas Onças”. Nós fornecemos bola, joelheira e todo o material esportivo. Tudo isso são filhotes do Projeto Ciclos. Aqui tem uma foto da confraternização de final de ano — vocês vejam que não é uma festa pequena. Nós procuramos promover o bem-estar das pessoas, e, junto com o bem-estar, vem aquela motivação: “Poxa, eu quero participar desse negócio.” A empresa vai se tornando um lugar bacana de se estar, e as pessoas passam a ser proativas. Detectamos também que muitas pessoas têm vergonha de trazer lixo reciclável. O cara tem vergonha — especialmente os homens. “Ah, eu vou ficar levando lixo?” Eu disse; “Rapaz, mas se tu trouxeres cinco quilos no mês, tu ganhas um mimo, pô!” Então, estamos conseguindo vencer isso. E aí, acaba entrando na cultura da empresa. Então, há pessoas que se sentem mal de jogar fora, em um lugar que não tenha um destino correto. Elas relatam para a gente que se sentem mal. Se nós conseguimos fazer isso — lógico que é um trabalho de muito tempo, puxado também pela diretoria — na Frente Parlamentar, teremos um projeto maravilhoso para o Estado de Mato Grosso do Sul e poderemos ser modelo para o Brasil. Essa é a ideia. Fico aberto e à disposição, se vocês quiserem conhecer.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Bom trabalho. Quero deixar a palavra aberta aqui na Mesa, se alguém tiver alguma consideração ou dúvida. Foram apresentadas as linhas gerais do projeto, mas, de repente, alguém pode ter dúvida ou contribuir com essa ideia. Gostariam de fazer uma contribuição? Denner.

**SENHOR DENNER DIAS** (funcionário da empresa Real H Nutrição e Saúde Animal) — Eu sou funcionário do grupo Real H, estou lá há quatorze anos e hoje tenho meus filhos: um tem oito e o outro tem quatro anos, o Pedro e o Noah. Lá em casa, a sustentabilidade e a reciclagem são algo natural, graças ao Ciclos. Meus filhos sabem separar o lixo, não precisam mais de “aulinha” sobre como fazer: há o lixo reciclável e o lixo orgânico, que não vai para a reciclagem. Para eles, é natural colocar o lixo no lugar certo e fazer a separação. Quando chega o dia, meu filho mais velho já me ajuda a colocar o material no porta-malas para levar para a Real H. Graças a esse programa, a gente está incutindo essa consciência na sociedade. Ou seja, o que começou lá, está se multiplicando



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

para as famílias dos funcionários, das fazendas e dos clientes que participam. Acho que, assim, ele se torna cada dia mais presente na sociedade.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Muito bom. Mais alguém com alguma contribuição? Nilson.

**SENHOR MARCEL SABALA CARRIJO** (OAB - Seccional MS) — Eu, Marcel.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Marcel.

**SENHOR MARCEL SABALA CARRIJO** (OAB - Seccional MS) — Primeiro, é um prazer. Conheço teu irmão lá da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul). Estou hoje aqui como representante da OAB, mas sou advogado da Acrissul, então conheço um pouco. Eu não sabia do tamanho desse projeto, mas sabia que ele existia. Inclusive, a Acrissul, este ano, fez um convênio com a Real H para dar destinação aos resíduos sólidos que a Expogrande produz. A minha pergunta é a seguinte: até onde vocês conseguem suportar a destinação dos resíduos? Porque hoje temos aqui vários órgãos — o TJ/MS, a própria Assembleia — e até brinquei com minha colega, a Maria Carolina: ela faz parte de alguns grupos de corrida. Eu moro aqui no Parque dos Poderes, e vejo que quando tem corrida há muitos copos descartáveis jogados nas matas. Há a cerca que delimita a reserva e, mesmo assim, há descarte inadequado desses copinhos, que, de forma aparentemente inofensiva, acabam sendo jogados. Então, a minha pergunta é: até onde o senhor consegue comportar essa destinação? Vocês conseguem ampliar ou expandir isso? Esse é um projeto que deve ser copiado.

**SENHOR MÁRIO RENCK REAL** (Real H Nutrição e Saúde Animal) — Boa questão, Marcel. Até esqueci de comentar. Aqui em Campo Grande, a diocese tem entre cinquenta e cinco e sessenta paróquias —, ela vai longe, chega até Bandeirantes, Sidrolândia... E nós temos uma paróquia que tem um “filhote” desse projeto implantado há sete anos. O faturamento desse projeto lá é em torno de mil e quinhentos a mil e oitocentos reais, arrecadado com o material que os fiéis levam. Vocês vejam: em todo e qualquer lugar é possível criar consciência nas pessoas. Nós estamos conversando com o Governo do Estado sobre esses recipientes, porque, por muito tempo, eu treinei ali no Parque das Nações Indígenas, me preparando para fazer o Caminho de Santiago de Compostela. Então comecei a caminhar forte lá, mas, no fim de semana, aquilo lá é um terror, por causa da quantidade de material que jogam lá. O Estado faz um trabalho, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, então, são detentos que coletam o material — detentos mansos —, mas daquele jeito... É muito material. Nós estamos tentando viabilizar uma parceria para que a gente colete aquilo juntos — sem tirar os detentos —, mas que possamos dar um destino adequado. A nossa capacidade é limitada, porque não é o “core business” da Real H. O negócio da Real H é saúde e nutrição animal, mas, como qualquer pessoa, também é geradora. Então, nós começamos encaminhando isso, e está tomando corpo. Muitas fazendas estão interessadas em ser parceiras. Isso, para nós, faz parte do

negócio. Eu tenho um cliente que dificilmente me deixa — vem outra empresa, o mercado é ofertado, outro oferece um produto até um pouco mais barato — e ele me leva a reciclagem. Quer dizer, é uma arma comercial. Então, para grandes volumes, nós não teríamos, às vezes, como atender. Quando a Periquitos e a própria Genética Aditiva mandam, elas mandam dois caminhões. Nós estamos ao lado do Dahma IV, então dá para ter um giro muito rápido. Mas, até certo ponto, a gente pode fazer parcerias, e há mais paróquias que estão interessadas.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Muito bom. Mais alguém? Pois não.

**SENHOR SERAFIM MAGGIONI** (representando a SES) — Primeiro, parabenizá-los. Já estive na sua empresa, e foi uma grata surpresa. Entendo que esse é um processo inspirador. Creio que inovações como essa, dentro de um contexto de sustentabilidade, partem do princípio de inspirar outros. Quando você faz uma pergunta sobre a capacidade... Eu estou nesse metiê de resíduos há quase trinta anos, e sempre surgem muitas dificuldades — a principal delas, de fato, é essa mudança de comportamento através de uma metanoia que vem da consciência. Hoje nós partimos para mais um grande desafio, que é o que está sendo apresentado aqui. É fato que essa correlação entre conceito e, principalmente, os resultados desses conceitos aplicados é o que nos estimula. Então, quando vemos resultados aqui, diante do que o Mário apresentou, de fato vemos que é possível fazer algo, mesmo que em pequenas escalas, sendo inspirado e, principalmente, buscando essa expertise — e isso pode ser levado, sim, para outras iniciativas, de outras maneiras. O Governo do Estado trabalha com isso. Temos aqui a colega do Imasul — não vou entrar nesse assunto, obviamente, porque falo aqui como representante da Secretaria de Estado de Saúde —, e aproveito para dizer que o próprio Estado vem buscando ferramentas de gestão que possam traduzir em resultados esses esforços. A A3P voltou a ser implantada — é uma ferramenta antiga, mas que, com algumas mudanças, vem buscando esses resultados dentro das próprias secretarias. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, onde eu coordeno o projeto chamado “Sustentabilidade”, também busca isso; então, são várias iniciativas. E a iniciativa privada também vem trilhando esses caminhos, em busca de uma reputação ambiental — que é o que vocês hoje têm como, digamos, o “troféu” mais importante, essa reputação ambiental que todas as empresas buscam: a credibilidade. Quando olhamos os seus números, vemos que, além de serem incríveis, são potencialmente inspiradores para nós, que estamos aqui, por vezes, nos debatendo há anos com essa situação. Então, tomo a liberdade de parabenizá-los e parabenizar o deputado pela iniciativa de estar apoiando também, diante das necessidades que surgem frente a esse crescimento cada vez maior, porque sustentabilidade fala de equilíbrio; e, cada vez mais, a população cresce, as demandas crescem, e nós precisamos ter soluções para tudo isso, como estamos hoje aqui buscando uma delas. Então, eu tomo a liberdade de parabenizá-los, em nome da Secretaria de Estado de Saúde, por fazerem parte desse processo, e espero que, de fato, consigamos avançar, aprender com as suas





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

experiências e com outras que certamente surgirão. Para isso, também, nos colocamos à disposição.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Muito bom. Vamos para o próximo tema, mas, antes, quero agradecer ao grupo de trabalho que discutiu, organizou e ponderou várias informações. Vou registrar a presença, mais uma vez, pois é importante fazer esse reconhecimento ao grupo de trabalho da Frente Parlamentar, que contou com a participação de Melina Melo Barcelos, do Senar; da doutora Sandra Regina Goulart, da Prefeitura de Sidrolândia; de Serafim Maggioni, da Secretaria de Estado de Saúde; de José Roberto Oliveira, representando a Agraer; da doutora Eliane da Costa Silva, representando a UFMS; de João Roberto e Orlando Camy, representando a Semadesc; de Márcio Menegazzo, representando o Ministério da Agricultura; de Eduardo Strang, representando o Sindivet; e de Wilson Igi, representando o Sindicato Rural. Os nossos agradecimentos pela dedicação em construir uma política pública que, acredito ser — e tenho defendido — política pública da parceria e da cooperação. Ela nasce dentro de um espaço com a participação de vários segmentos para discutir encaminhamentos que possam gerar um projeto de lei, capaz de nortear ações para nossa sociedade. Neste momento, passo a palavra ao doutor Wilson Igi, para fazer a apresentação da minuta de projeto de lei.

**SENHOR WILSON NOBUYUKI IGI** (representante do Sindicato Rural de Campo Grande) — Boa tarde a todos. Quero começar agradecendo ao deputado Renato Câmara pela oportunidade de justificar este projeto de lei. Agradeço também a todos do grupo técnico de trabalho que contribuíram para a elaboração do projeto. Nos meus quarenta e seis anos como veterinário de campo, presenciei todos os tipos de descarte de embalagens de produtos veterinários — e isso sempre me revoltou. Essa indignação não é de hoje; vem de mais de quarenta anos. Sempre me incomodava, principalmente quando via frascos de antibióticos jogados à beira das estradas ou nos cursos d'água, porque sabíamos o que aquilo poderia causar. Antes mesmo do lançamento do Programa Extra Leite, nos foi disponibilizado um documento explicando como seria o programa. No item 4, sobre a parte ambiental, constava que o produtor de leite deveria descartar produtos agropecuários de forma ambientalmente correta. Fomos, então, pesquisar como seria esse descarte, mas não encontramos — na literatura em nível nacional — nenhuma orientação sobre o procedimento adequado. Em um evento do Sindicato Rural de Campo Grande, encontrei o deputado Renato Câmara e disse a ele: nós temos que criar uma lei sobre o descarte de resíduos de produtos veterinários, assim faremos um favor para nós mesmos e para o meio ambiente, e vamos fazer com que o produtor de leite cumpra com o item 4 da parte ambiental. Nosso tema é a logística reversa de produtos e embalagens de produtos veterinários, então vamos começar definindo o que seria uma logística reversa: trata-se de um sistema de coleta e retorno de produtos, embalagens e resíduos ao ciclo produtivo, para reaproveitamento, reciclagem ou outra destinação ambientalmente correta. Quando vemos a apresentação do Programa Ciclos da empresa Real H, percebemos que ela se encaixa muito bem nessa definição, pois o que eles fazem lá também é, de fato, uma logística

reversa. Mas, quando analisamos especificamente a definição de logística reversa de produtos veterinários, estamos falando de um conjunto de normas e procedimentos destinados à coleta, ao transporte e ao descarte ambientalmente responsável de resíduos após o uso ou vencidos, definição que se enquadra ainda mais no Programa Ciclos, já que aqui não aparece a palavra “reciclagem”. Produtos veterinários não podem ser reciclados, exceto as embalagens secundárias — aquelas caixas que contêm as embalagens primárias, os frascos dos medicamentos. Pesquisando as legislações, encontramos a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010), principal marco da logística reversa no Brasil, que determina que produtos perigosos, como medicamentos veterinários, devem receber tratamento ambientalmente adequado. Por isso, não podem ser reciclados, devendo ser destruídos, incinerados, autoclavados ou destinados a aterros sanitários perigosos. Essa legislação, porém, não prevê regulamentação específica para o descarte do resíduo de serviço de saúde animal, mas estabelece como esses produtos não podem ser descartados: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto (exceto resíduos de mineração); queima a céu aberto ou em equipamentos, instalações ou recipientes não licenciados. E foi aí que descobri algo importante: eu, Wilson Igi, era um contraventor, porque praticava, por exemplo, a incineração — o que configura crime ambiental. Eu e mais um milhão de pessoas. Atualmente, não existe legislação federal específica para a logística reversa de medicamentos veterinários, mas, como esses resíduos são classificados como produtos perigosos, devem seguir as normas da PNRS, além de regras estaduais ou municipais quando houver. Pesquisando outros estados, encontramos que o Paraná já possui logística reversa tanto para produtos veterinários quanto humanos; a professora Eliane informou que em Santa Catarina também há legislação semelhante, muito parecida com a do Paraná e com a nossa, envolvendo produtos veterinários e humanos. Em Mato Grosso do Sul, existe logística reversa apenas para produtos humanos, produtos farmacêuticos, instituída pela deputada Mara Caseiro. Pesquisando ainda mais, verificamos em nível municipal se havia alguma regulamentação e encontramos, também, um programa de logística reversa da Câmara Municipal de Campo Grande. Era uma proposta do vereador Papi, mas, quando fomos conversar com ele, descobrimos que o projeto havia sido retirado porque o jurídico da Câmara dos Vereadores afirmou que já existia algo semelhante em nível nacional. Ou seja, foi uma informação equivocada do jurídico, e essa proposta poderia estar funcionando hoje e servindo de exemplo. Outra resolução correlata é a RDC Anvisa 222, que trata do gerenciamento de resíduos em serviços de saúde, incluindo medicamentos, mas não contempla diretrizes específicas sobre o descarte de resíduos de serviços de saúde animal. Ela abrange consultórios odontológicos, hospitais, clínicas e ambulatórios, que devem seguir as normas da Anvisa. Da mesma forma, a Resolução Conama estabelece diretrizes para o tratamento e disposição de resíduos de serviços de saúde no Brasil — novamente, serviços de saúde humana, não animal —, definindo o que são esses resíduos, classificando-os de A a E e detalhando procedimentos de manejo para minimizar impactos na saúde pública e no meio ambiente. Quando pesquisamos a logística reversa existente em Mato Grosso do Sul, encontramos primeiro a Resolução Semad nº 33/2016, que estabelece diretrizes para a implementação de logística reversa no estado para produtos

como óleos lubrificantes, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, eletrodomésticos, filtros de óleo e agrotóxicos, mas nada sobre produtos veterinários. Também identificamos o Decreto Estadual nº 16.089/2023, que regulamenta a logística reversa de embalagens em geral e cria o crédito de reciclagem “Recicla Mais MS” — um título que comprova a restituição de materiais ao ciclo produtivo — e que pode ser emitido por entidades gestoras habilitadas; porém, o Recicla Mais MS também não abrange produtos veterinários. A Resolução Semagro nº 698/2020, define os tipos de embalagens sujeitas à logística reversa, estabelece metas mínimas de recolhimento, reutilização e reciclagem, estipulando que ao menos 22% devem ser recuperados por esses mecanismos. Essa resolução lista os materiais abrangidos — vidros, papéis, papelões, plásticos, metais e outros recicláveis —, mas exclui produtos perigosos, o que novamente deixa de fora os produtos veterinários. O Sistema de Logística Reversa de Mato Grosso do Sul (Sisrev/MS), utilizado pelo Imasul, é a plataforma para protocolo, monitoramento e acompanhamento da logística reversa no estado. As empresas devem registrar seus sistemas e apresentar relatórios anuais até 30 de junho. O Imasul, inclusive, cobrou recentemente da Janine, da Iagro, informações sobre o destino dos resíduos de produtos veterinários no estado, e ela informou que estava para sair uma lei justamente para resolver esse problema. O descarte inadequado desses resíduos causa uma série de impactos: contaminação do solo, dos lençóis freáticos, das águas superficiais e de superfícies expostas, além da dispersão de substâncias químicas e resíduos biológicos, o que compromete a saúde animal e humana. Além disso, pode gerar multas aos produtores rurais pelo descarte incorreto do resíduo de serviço de saúde animal, conforme previsto no artigo 47 do Programa Nacional de Resíduos Sólidos. Então, nós podemos ser multados. Até agora não quiseram multar o pecuarista aqui no Estado, mas, pela lei, isso já poderia estar acontecendo, pois os danos ambientais são significativos. Há contaminação do solo, da água e do ar, já que resíduos químicos e biológicos podem infiltrar-se no solo e atingir lençóis freáticos, rios e lagos, afetando a qualidade da água e os ecossistemas aquáticos. No caso da incineração, ainda há a emissão de gases tóxicos — e eu provavelmente já inspirei bastante disso ao longo da vida. Os impactos sobre a fauna e a flora também são expressivos, porque a contaminação ambiental prejudica a vida de animais e plantas, gerando problemas como a feminização de peixes; e eu pergunto: é só nos peixes? ou também em outras espécies. Os danos à saúde humana são igualmente graves: o consumo de água e alimentos contaminados pode aumentar o risco de câncer devido ao acúmulo de substâncias no organismo, e os resíduos biológicos contaminados — como vacinas, agulhas e outros objetos perfurocortantes — podem transmitir doenças zoonóticas, além de causar ferimentos. Um dos exemplos mais preocupantes é a resistência a antibióticos. A presença desses medicamentos no ambiente favorece a seleção de bactérias resistentes, e a previsão é de que, nos próximos anos, oito milhões e duzentas mil pessoas possam vir a óbito anualmente por causa dessas superbactérias. No mês passado, em Pereira Barreto, o filho de um amigo meu foi contaminado por uma delas, desenvolveu síndrome de Fournier e faleceu. Um simples barbear pode transmitir essa doença e levar à morte. É extremamente grave. Na Estância Alvorada, que é a nossa propriedade, todos os casos de mastite são coletados e encaminhados para a Universidade Federal para cultura e antibiograma. Quando iniciamos o tratamento, usamos o mesmo

antibiótico por três dias enquanto aguardamos o resultado; se não funciona, mudamos o medicamento. No caso dessa vaca, usamos cefalexina com anti-inflamatório — porque o úbere estava muito inchado — por três dias, sem resultado. Tentamos amoxicilina por três dias, também sem efeito; depois, gentamicina por mais três dias, e nada. Como ainda não havia saído o resultado da cultura, surgiu a pergunta: o que fazer? Deixar morrer? Escolhi sacrificar um quarto mamário para salvar o animal. Injetei uma substância naquele quarto contaminado para matar as bactérias; perdi o quarto, mas preservei a vaca. Quando o antibiograma finalmente saiu, vimos que o antibiótico de eleição seria uma quinolona, uma fluoroquinolona, e naquele momento eu não tinha nenhum intramamário com essa base, embora hoje já exista. Esse é mais um exemplo claro de resistência bacteriana, que não ocorre apenas em humanos, mas também na espécie animal. A contaminação de alimentos também é um risco, já que a poluição dos recursos hídricos usados na irrigação ou dessedentação pode levar ao consumo de alimentos contaminados. E aí surge a grande questão: o que fazer? Nós ainda não temos logística reversa, mas devemos seguir a legislação, pois é fundamental que os estabelecimentos veterinários e as propriedades com animais cumpram as normas sobre descartes de resíduos de serviços de saúde animal, que exigem manejo e destinação adequados. Surge então a pergunta: qual seria a forma correta de fazer isso? A resposta é: aderir à logística reversa. Produtos vencidos ou sobras devem ser devolvidos aos fabricantes para que recebam o descarte adequado; no entanto, essas duas primeiras etapas ainda não conseguimos realizar, embora a terceira seja possível, já que existem empresas especializadas que fazem a coleta, o transporte e a destinação desses resíduos, garantindo um tratamento ambientalmente seguro. A dificuldade aparece quando pensamos no pequeno produtor: como ele faz? Ele consegue contratar uma empresa dessas? Essas empresas só trabalham mediante contrato direto com o produtor e não aceitam que o material seja entregue espontaneamente; são elas que devem ir até a propriedade para recolher os resíduos. Como o contrato inclui o recolhimento no local, a cobrança leva em conta a quilometragem, e isso torna o processo oneroso, dificultando a adesão por pequenos e médios produtores. Até onde sabemos, apenas duas propriedades contrataram esse tipo de serviço no estado — duas, diante de milhares. A doutora Eliane me informou sobre uma delas, a Hora Agropecuária, em Bataguassu. E então vem a pergunta: e o Wilson Igi? Como ele faz os descartes? Ele continua na contravenção? O Sindicato Rural de Campo Grande tem um gabinete odontológico, e este é obrigado a contratar uma empresa para realizar logística reversa e destruição dos resíduos utilizados no gabinete. A logística funciona assim: na Estância Alvorada, usamos e armazenamos os produtos; depois levamos até o Sindicato Rural de Campo Grande, que junta esses resíduos aos do gabinete odontológico e envia tudo para a Atitude Ambiental, onde ocorre a destruição. A Atitude Ambiental faz coletas duas vezes por mês no sindicato; existe uma taxa previamente acordada com base em um limite de quilos. Enquanto não ultrapassamos esse limite, os valores permanecem os mesmos; vamos colocando nosso material junto e, quando ultrapassarmos o volume previsto, começamos a pagar também, contribuindo com o sindicato para fazer esses descartes. A partir daqui, entramos na proposta de logística reversa de produtos veterinários, destacando apenas as partes essenciais — vocês receberão o texto integral da lei e do projeto. O objetivo é contribuir para que o produtor

descarte produtos veterinários de maneira ambientalmente correta, tornando a produção animal uma atividade mais segura e sustentável. Além disso, a proposta ajuda o produtor a cumprir o programa Extra Leite em suas diretrizes ambientais, garantindo o descarte adequado de embalagens de medicamentos, produtos agropecuários vencidos, agulhas, seringas e outros materiais. Esse é o propósito geral. Atualmente, na pecuária leiteira — e aqui mostramos uma imagem retirada da revista Leite Integral — vemos ali em cima, em vermelho, um estábulo representando o gado estabulado. O maior problema das vacas leiteiras é a infecção do quarto mamário, a mastite. E, para esse tratamento, utilizam-se bisnagas intramamárias com antibióticos, além de injeções parenterais. Depois de usados, esses materiais vão para o lixo da propriedade — até aí, tudo bem; o problema começa depois: como fazer o descarte correto? Hoje, encontramos vários tipos de descarte inadequado, que resultam em contaminação de águas superficiais, do subsolo e, consequentemente, em infecções em animais e humanos. Diante disso, qual é a nossa proposta? A cadeia funciona assim: a indústria produz, o importador importa e encaminha para as revendedoras; as revendedoras vendem para as lojas veterinárias; as lojas vendem para o consumidor, que é o pecuarista; o pecuarista armazena na sua propriedade e, periodicamente, traz esses resíduos para a cidade, entregando-os nas lojas veterinárias. As lojas, então, encaminham para a revenda, para o distribuidor, e tanto distribuidores quanto fabricantes podem enviar os materiais para lavagem, incineração ou deposição em aterros perigosos. Quanto aos principais artigos da proposta, fabricantes, importadores, distribuidores e revendedores passam a ser responsáveis por estruturar, implementar e operacionalizar todo o sistema de logística reversa, garantindo a coleta nos pontos de recebimento, o tratamento adequado e a destinação final das embalagens de produtos veterinários vencidos. Essa é a parte que cabe ao comércio. Já, para o produtor rural, a entrega será voluntária e sem custo, ou seja, não haverá aumento de despesas, até porque ele já precisa vir à cidade periodicamente. Fica proibido o descarte a céu aberto, a incineração irregular, o lançamento em campos, corpos d'água ou redes de esgoto, o sepultamento, a deposição em aterros sanitários comuns e o descarte junto ao lixo domiciliar. Essa lista vem diretamente da Política Nacional de Resíduos Sólidos e deixa claro o que não pode ser feito. E qual é a importância dessa proposta? Ela reduz a poluição ambiental, melhora a saúde única — animal e humana —, diminui intoxicações, reduz incidência de câncer e evita o surgimento de superbactérias. Para o pecuarista, representa a possibilidade de sair da contravenção no descarte de produtos veterinários. [Fim da apresentação de eslaides]. Era o que eu tinha a apresentar. Obrigado.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — A palavra está aberta para mais contribuições. Doutora Eliane.

**SENHORA ELIANE DA COSTA SILVA** (UFMS) — Alguns podem até estranhar minha presença aqui, porque, afinal, eu trabalho bastante com gado de corte, mas entrei na vida do grupo por causa de uma preocupação muito grande. Assim como o Igi, sou veterinária e atuo na área de reprodução, o que me torna uma grande contribuidora para o lixo de medicamentos veterinários — especialmente em uma área extremamente perigosa,



que é a dos hormônios. Usamos esses produtos intensamente, e o maior problema não está no uso em si, nem no animal, que continua urinando hormônios como faz naturalmente, assim como todos os animais, os humanos e até muitas plantas, que também liberam esteroides no ambiente natural. A grande preocupação é a forma como utilizamos e descartamos os resíduos desses produtos, porque quem frequenta propriedades rurais já deve ter visto implantes jogados atrás das casas, dos escritórios e, às vezes o descarte é feito a céu aberto. Quando esses resíduos ficam em galões, muitas vezes deixados abertos, a água da chuva se acumula ali e depois é simplesmente despejada, o que agrava ainda mais o problema. Temos uma série de práticas que agravam os riscos do uso desses medicamentos — não pelo medicamento em si, nem pelos animais que o recebem e liberam resíduos biológicos decorrentes dos fármacos, mas pela forma inadequada como tudo isso é manuseado e descartado. Nossa preocupação é muito grande, especialmente quando percebo que, às vezes, há certa resistência, inclusive por parte de produtores rurais e de associações de criadores, que se assustam com essa proposta. No entanto, os maiores prejudicados pelos resíduos são justamente as pessoas do meio rural. Aqui na cidade, temos tratamento de água, e o banho que tomamos todos os dias vem de água tratada — mesmo sabendo que retirar resíduos de fármacos é extremamente difícil até para as grandes empresas de saneamento. Agora, imaginem isso em uma fazenda, com um simples filtro de barro: é impossível. Tudo o que se descarta no curral, atrás de casa, no chão ou na água será ingerido de volta. Todo hormônio descartado ao lavar materiais, os resíduos de implantes, antibióticos ou qualquer outro fármaco retornam para quem vive ali, porque o filtro de barro não remove moléculas — ele não foi feito para isso. Esse processo contínuo de exposição tem gerado um problema de saúde único e extremamente grave no mundo: a queda da fertilidade em todas as espécies, inclusive nos humanos. A gente pode até pensar por um lado meio neonazista e dizer: "Que bom, vamos diminuir a concepção humana, vamos diminuir a população!" Mas não nos esqueçamos que nós, nossos filhos e nossos netos talvez queiramos ter filhos e não consigam, porque ingerimos hormônios durante toda a vida, e não sabe de onde eles vieram. Eu trabalho com esse tema e estamos montando um programa de conscientização, motivo pelo qual me aproximei do Igi, que acabou me convidando para participar. Tenho uma aluna de mestrado desenvolvendo uma proposta de estudo sobre a questão hormonal, e nossa preocupação é especialmente com a saúde das próprias pessoas do campo — do homem rural e de sua família. Em termos de geração de resíduos de fármacos, nós, do campo, nem somos os maiores produtores — as áreas urbanas produzem muito mais. Quando começamos a estudar o tema, percebemos que há substâncias que ninguém mais precisaria consumir, como antidepressivos, porque eles aparecem em grande quantidade na água. Losartana, por exemplo, está presente abundantemente no esgoto urbano, e também aparece em áreas rurais. O mesmo ocorre com antibióticos, microplásticos e hormônios de diversas naturezas — testosterona, estrógenos, progesterona —, todos já detectados em águas pluviais urbanas e rurais. O problema, na zona rural, é que a contaminação recai diretamente sobre quem vive ali, o que torna a situação ainda mais grave. Além da queda de fertilidade e do aumento de casos de câncer, vemos outros problemas sérios, como a reversão sexual de peixes — e até quem gosta de pescar pode notar a diminuição da pescaria. Esses peixes, contaminados, voltam

para nossa mesa, e o sistema de fiscalização não faz análises regulares sobre a concentração de hormônios em carnes ou produtos de origem animal e pluvial. Apenas alguns países, em processos de importação, costumam fazer esse tipo de controle. Essa contaminação vai se acumulando ao longo do tempo e diminuindo a possibilidade de reprodução, porque, se uma população passa a ter apenas um sexo, a reprodução se encerra — e isso já está documentado em répteis, anfíbios e peixes, que sofrem reversão sexual com doses mínimas de hormônios. Por isso, essa conscientização é necessária não apenas por uma questão de imagem ambiental — do estado, da propriedade ou da empresa —, mas por uma questão urgente de saúde. Não por acaso, a Secretaria de Estado de Saúde está aqui hoje. Precisamos realmente começar a refletir sobre tudo isso, e muitas vezes as soluções passam por medidas muito simples, como jogar esse material no lugar adequado e usar luvas quando for trabalhar com isso — coisas que muitos veterinários não fazem. São medidas simples que reduzem o ônus do estado, inclusive na sobrecarga dos atendimentos à saúde, mas que ao mesmo tempo aumentam e prolongam a vida das pessoas e de seus familiares. Essa preocupação é extremamente grande porque vai muito além da imagem de quem se interessa pelo meio ambiente ou pela sustentabilidade social e ambiental; trata-se, sobretudo, de saúde — saúde pessoal de todos nós, de cada um de nós e de nossos filhos — e isso, acredito, não tem preço. Carregar um lixo até a cidade é muito mais barato do que tratar um câncer, podem ter certeza disso, tanto para nós quanto para o Estado. Por isso, queria parabenizar vocês e agradecer por darem-me a oportunidade de participar um pouco desse processo, colocando-me — assim como a própria universidade, e estou levando todos os meus colegas nessa — à disposição para trabalharmos juntos nessa caminhada de educação, porque, acima de tudo, é disso que se trata. E, só para fechar a fala, Mário, fui criada por pais que eram conscientes desde a minha infância. Eles sempre fizeram reciclagem em casa; sempre tive esterqueira na fazenda e sempre fiz separação de lixo, tanto lá quanto em casa, em todos os lugares. Hoje, depois do falecimento do meu pai e do início do trabalho com protocolos dentro da propriedade dele, temos todo um plano de manejo para evitar a contaminação. Isso porque existe uma rede pluvial muito forte dentro da fazenda — são cinco nascentes em uma área pequena, algo raro em uma região urbana e próxima a uma capital como Belo Horizonte — e, por isso, temos um cuidado enorme com os materiais. Quero dizer a você que está fazendo um trabalho lindíssimo. Como seu funcionário comentou, vocês estão educando desde as crianças — e é nelas que precisamos focar. Talvez nós, adultos, rejeitemos mais essas legislações, mas se trabalharmos no ensino fundamental, chegaremos lá, porque as crianças vão cobrar dos pais, dos avós, dos tios e de todos ao redor. Precisamos trabalhar muito essa questão. A legislação para a pecuária é apenas um começo, porque o maior trabalho será realmente o educacional — é nele que teremos de investir. Podemos até criar uma lei, mas ela pode acabar ficando figurativa. Em leis antigas, já existia um toque de alerta; bastava interpretá-las corretamente, mas muitas vezes fingimos que não era conosco, demos uma de “joão sem braço”. É preciso, portanto, criar uma lei muito específica para que as pessoas se sintam contempladas — embora a legislação geral já devesse ter nos alertado de que era hora de começar. O Igi mostrou isso em 2016 e em 2020, e em todas elas havia uma palavrinha que puxava a área veterinária também, mas nós a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

ignorávamos, fingindo que não era conosco. Espero que agora consigamos realmente alertar as pessoas e ter um instrumento de investimento em educação, porque é ali que vamos conquistar o respeito à legislação. Obrigada.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Muito bom. Mais alguém? A Rosineide vai levar o microfone.

**SENHORA MELINA MELO BARCELOS** (representando a Famasul) — Boa tarde. Estou aqui representando a Famasul e gostaria de pontuar duas coisas. A primeira — para ser justa com quem trabalhou no projeto de lei — é que o Senar não participou de forma efetiva na construção do texto e nem no grupo de trabalho, como foi citado anteriormente. A segunda é que, como a professora mencionou — vindo ela da área do gado de corte —, esse problema não é específico do leite. Então, seria interessante incluir também as outras cadeias produtivas nessa discussão, e não ficar restrito apenas à Frente Parlamentar do Leite.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Registrado. Mais alguém?

**SENHOR JOSÉ ALCEU DA SILVA** (Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Leite) — Bom, aqui nós temos a lagro, o Senar e a Agraer. Nós, produtores rurais, conhecemos muito bem o nosso grupo de produtores. Eu acho que, quando não há obrigatoriedade na lei, acho muito difícil o produtor rural cumprir. Acho que deve haver a obrigatoriedade, e não a espontaneidade, porque, do contrário, não será efetivo. Para que fosse voluntário, seria necessária uma campanha monstruosa de conscientização do produtor rural, porque, infelizmente, é assim que funciona com o nosso povo no campo.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — O doutor Igi pediu a palavra para poder contribuir também.

**SENHOR WILSON NOBUYUKI IGI** (representante do Sindicato Rural de Campo Grande) — Alceu, a entrega é voluntária, só que o produtor rural não pode descartar como vinha sendo descartado. Então, provavelmente, em vez de ele ficar acumulando na sua propriedade um monte de plásticos de produtos vencidos ou utilizados, com resíduos, para ele vai ficar mais fácil levar para a cidade e entregar voluntariamente do que ficar tendo que armazenar esse produto lá, ou continuar praticando contravenção e podendo ser multado a qualquer hora.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — José Carlos.

**SENHOR JOSÉ CARLOS** — Boa tarde. Eu acredito, seu Alceu, que quanto à questão da obrigatoriedade, nós trabalhamos para que não fosse obrigatória, justamente para evitar uma rejeição inicial do produtor, porque, se já voltarmos impondo obrigação,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DO LEITE  
REALIZADA EM 11/11/2025**

muitos vão achar ruim. Mas uma ideia que temos no nosso grupo de trabalho é atrelar as políticas públicas estaduais voltadas ao incentivo fiscal — Precoce MS, Peixe Vida, Leitão Vida, Frango Vida, Pró-Leite —, de modo que, para quem é beneficiário desses programas, a medida se torne obrigatória. Acho que essa seria uma boa estratégia para começarmos a fazer isso funcionar de forma mais efetiva e, ao mesmo tempo, trabalharmos a conscientização, ganhando terreno aos poucos, digamos assim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Doutor Mário.

**SENHOR MÁRIO RENCK REAL** (Real H Nutrição e Saúde Animal) — Então, primeiramente, quanto ao projeto da Frente Parlamentar que o Igi apresentou, isso é apenas o começo. Como o colega mencionou, estamos só arranhando a superfície do tamanho do problema. Eu acho que o senhor, de certa forma, tem razão ao dizer que, às vezes, seria melhor “fechar o tempo” e “vida que segue...”. Mas não é bem assim. Acredito que o deputado possa estruturar o projeto em etapas: nos primeiros dois anos, por exemplo, poderíamos ter trinta núcleos de recebimento — estou apenas sugerindo. Depois, numa segunda fase, viriam as palestras nos sindicatos e, numa terceira fase, a passagem para a obrigatoriedade com fiscalização. Ou seja, é um processo gradual. Não conseguiríamos fazer isso em dois anos; vamos levar uns dez anos para alcançar um volume significativo de pessoas conscientes. E quero lembrar aqui algo que os mais antigos talvez recordem: houve uma época em que existia muita fraude na vacina contra febre aftosa, e a lagro passou a exigir que o fazendeiro levasse o frasco da vacina. Eu morava em Ribas do Rio Pardo — a Real começou lá — e a lagro era um “cocoquinho”, mas não dava conta de receber tanto frasco, era muita coisa. E eu já dizia na época: “Olha aqui, dá para trazer de volta.” Ou seja, não era obrigatório, mas o pessoal trazia do mesmo jeito. Então, se houver uma fase inicial do projeto como “água mansa”, e depois avançarmos para “águas mais profundas”, aí sim poderemos exigir, vinculando o benefício ao “OK” do Imasul referente àquela inscrição e às demais comprovações necessárias. Assim, o produtor receberia o benefício apenas se estivesse regular. O caminho é longo; não é impossível, mas é difícil.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Doutor Igi.

**SENHOR WILSON NOBUYUKI IGI** (representante do Sindicato Rural de Campo Grande) — Mário, é o seguinte: a parte de fiscalização nós não colocamos nesse projeto, porque eu combinei com o Beretta que a fiscalização seria definida na regulamentação. Então, na regulamentação poderia ser colocado tudo isso que você falou. Poderia ser contemplado.

**SENHOR ALCEU** (representando os produtores rurais) — Boa tarde, deputado. Parabéns, também, pela iniciativa. Quero deixar duas contribuições. Primeiro, nós já temos no Brasil um sistema que é modelo mundial de logística reversa e reciclagem de embalagens: o Sistema Campo Limpo de embalagens de agrotóxicos. Estamos nele informalmente desde 1997 e, de forma contabilizada, desde 2002. É um exemplo de

sucesso — já reciclamos as embalagens faturadas e registradas na nota fiscal do produtor rural, com índice acima de 90%, em um sistema em que o retorno é comercializado. Acho que deveríamos seguir essa referência. Não pude participar do grupo de trabalho, mas acredito que esse sistema pode ser esmiuçado, já que funciona a quatro mãos — poder público, iniciativa privada e revendas — e pode ajudar a detalhar melhor o nosso texto, afinando as definições. A obrigação lá é legal, o que considero interessante, mas é uma obrigação mais branda: o produtor tem um ano e meio para devolver a embalagem. Então ele é obrigado, mas com flexibilização, podendo se programar. Acredito que podemos usar esse modelo como exemplo e tornar nosso projeto mais ajustado — não que seja ruim, não li o texto ainda, mas pelo que vi hoje, acho que podemos afiná-lo nessas questões. Concordo também com a colega da Famasul: diferente dos agrotóxicos, os medicamentos veterinários envolvem diversas cadeias — corte, leite, suínos e aves. Há grandes grupos que fornecem medicamentos, e deveríamos abrir espaço para que essas outras cadeias participem. Não sei se isso foi discutido, mas é importante trazer aqui a opinião deles, porque temos grandes geradores. Pegue, por exemplo, o JBS ou as integradoras de aves e suínos — eles têm grande volume de resíduos. Como será para eles? Ao meu ver, têm total interesse em estar de acordo e em gerar um crédito de sustentabilidade. Por isso, acho importante trazê-los à mesa para que deem sua opinião, porque às vezes podem até acelerar o processo. São essas as duas contribuições, e me comprometo, a partir de hoje, a estar mais próximo e contribuir mais conforme a demanda da Frente, trazendo a experiência que tenho nesse assunto para que possamos construir algo grandioso, como todos desejamos aqui.

**SENHOR WILSON NOBUYUKI IGI** (representante do Sindicato Rural de Campo Grande) — OK. Só para fazer um esclarecimento. Produtos agrícolas, agrotóxicos — como é feita a devolução? O produtor faz a tríplice lavagem. Essa água da tríplice lavagem vai para onde? Para dentro do pulverizador, que vai ser utilizado na pulverização. No caso de pesticida, por exemplo, nós podemos fazer a tríplice lavagem — eu fazia isso. E onde eu vou colocar essa água? Vou jogar em cima do boi para intoxicá-lo? Então, existem esses problemas. Outra coisa: eu já cheguei a trazer frascos de plástico com tríplice lavagem ali no lixão, nesse Programa Campo Limpo, e eles não aceitaram. “Aqui não; produto veterinário não entra.”

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — E é importante ressaltar que o projeto de lei é norteador de ações. Quem define a questão de prazos, quem define as questões mais práticas da implantação de um programa como esse é o Governo do Estado, através de decretos. Então, a base de tudo que foi colocado aqui, são as diretrizes que o doutor Igi me apresentou. E eu quero aqui agradecer ao doutor Murilo Godoy, advogado que tabulou, que fez toda essa transformação das ideias em um projeto de lei que contém dezesseis artigos. O projeto de lei não foi apresentado aqui na íntegra, mas sua essência está nos dezesseis artigos que serão agora encaminhados à Assembleia Legislativa. Há todo um trâmite: primeiro, ele passa pela CCJR — a Comissão de Constituição, Justiça e Redação —, que é o primeiro filtro da Assembleia e onde se analisa



toda a constitucionalidade do projeto. Alguns termos foram retirados porque não podem constar, seja por questões de iniciativa, por envolverem competências federais ou por tratarem de normativas que não cabem à Assembleia Legislativa. A lei tem o objetivo de apresentar ao estado um conjunto de diretrizes que, posteriormente, serão regulamentadas por decreto — e esse decreto pode ser alterado ou aprimorado a qualquer momento. Isso é importante porque, quando pensamos em atividades já integradas e altamente eficientes, como a suinocultura, elas já praticam grande parte do que foi discutido aqui; para elas tudo é mais simples, pois estão em outro patamar. O desafio está nas atividades mais artesanais, menos profissionalizadas, que ainda não têm o hábito de adotar essas práticas. Sem normativas — como o doutor Igi fez, tentando construir, acertando na intenção mesmo que, às vezes, errando na forma —, ficamos sem orientação clara. Por isso, a lei também cumpre um papel educativo, apontando o caminho correto. E justamente por isso ela não traz a obrigatoriedade. Neste primeiro momento, queremos alcançar os muitos produtores que desejam fazer o certo, mas que ainda não sabem como; precisamos dar essa condição. E não podemos impor isso por meio de uma lei que obrigue o Governo do Estado, porque a Assembleia não tem essa prerrogativa. A Assembleia não pode, por exemplo, criar leis que gerem aumento de custo para o Estado — isso é barrado logo no primeiro filtro. Se colocarmos prazos, metas ou qualquer medida que gere impacto orçamentário, o projeto será rejeitado. Seria muito fácil um deputado dizer “faça isso, faça aquilo”, mas o Estado tem um orçamento previamente aprovado. Aí sim, havendo um programa existente, podemos discutir com o Governo e fazer emendas para aumentar investimentos em determinada área; o que não podemos é criar uma lei instituindo um novo programa e gerando custos adicionais. Imagine vinte e quatro deputados, cada um aumentando o custo em sua área de interesse — seria inviável. Essas são as ponderações que eu gostaria de fazer. Agora, passo a palavra ao Eduardo, que será o último a falar, para, então, finalizarmos.

**SENHOR EDUARDO BARBOSA STRANG** (Sindivet - Sindicato dos Médicos Veterinários de MS) — Obrigado. A própria fala do deputado já adiantou muito do que eu ia dizer. Eu queria destacar algo que me impressiona no aspecto psicossocial do nosso povo: há muita gente pedindo pela obrigatoriedade na lei, como se o brasileiro gostasse de ser oprimido pela legislação, de ter um Estado impondo regras e mandamentos. Pedir para que o Estado nos oprima é algo que, em uma democracia, não deveríamos sequer cogitar — mas estamos ouvindo isso, mesmo que movidos por boa intenção. Dizem que o caminho para o inferno é pavimentado de boas intenções. Quanto mais boa intenção, mais pavimentado ele fica. Aqui foi citado um grande exemplo de sucesso: a política de reciclagem de embalagens vazias de agrotóxicos, ou agrodefensivos, que começou com um único ponto de coleta no estado, em 1997. Hoje, eu e o Igi tivemos a oportunidade de conversar. O fato é que vemos agora um sucesso que nasceu de um trabalho de formiguinha. A conscientização foi o primeiro passo. Outro exemplo é o Programa Ciclos, que também começou pequeno: atingiu uma fazenda, depois duas, e hoje alcançou muitas outras. Portanto, não há necessidade de começar impondo obrigações, como quando a lagro passou a exigir a devolução dos frascos de vacina; o resultado prático foi apenas o

acúmulo de frascos plásticos dentro da instituição. Eu não conheço nenhum fiscal que tenha aberto um daqueles sacos para conferir se a partida e o lote entregues correspondiam aos declarados na vacinação do gado — nunca vi. Pegavam o saco, jogavam na pilha e davam entrada na declaração. Servia apenas para mostrar que o Estado tinha o poder de exigir a devolução dos frascos, e nós, como carneirinhos, tínhamos que ir lá devolver. Finalidade prática: zero. Era só para compor a fotografia — “olhem, temos uma pilha de frascos vazios de vacina”. Mas alguém conferia? Não. Continuava sendo autodeclaratório: eu declarava que usei aquele lote para vacinação do gado, entregava os frascos, a nota e a declaração. Por isso, essa preocupação excessiva com a obrigatoriedade não é necessária. Independentemente de a iniciativa vir do setor do leite, da suinocultura ou de qualquer outro segmento, o importante é que houve uma oportunidade que o deputado Renato Câmara deu a uma equipe disposta a dedicar algumas horas de seus dias e algum tempo de seu mês para fazer algo em prol da sociedade, de maneira que a população possa se conscientizar e contribuir. Então, muito obrigado. Obrigado, Renato. Obrigado aos companheiros do grupo. Obrigado, Rosineide.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** - MDB (coordenador FPL) — Quero agradecer a presença de todos. Encerramos aqui uma das etapas desta proposta, que consistiu em apresentar, pelo grupo de estudo e pela Frente Parlamentar do Leite, o trabalho de logística reversa. Agora seguimos para a próxima fase, que será a apresentação do material final — já pronto, tabulado e dentro das normas regimentais —, para que seja analisado pela Assembleia Legislativa. O projeto está concluído e cumpre agora sua etapa final. Parabenizo todos que participaram dessa discussão e desse trabalho; o esforço de cada um tem gerado resultados, e isso é fundamental para que possamos avançar e construir uma sociedade melhor. Muito obrigado. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada (16h13min).